

Taiguara Libano Soares e Souza

**Constituição, Segurança Pública
e Estado de Exceção
Permanente: A Biopolítica dos
Autos de Resistência**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Programa de Pós-Graduação em Direito

Rio de Janeiro
Outubro de 2010



Taiguara Libano Soares e Souza

**Constituição, Segurança Pública e
Estado de Exceção Permanente: A
Biopolítica dos Autos de Resistência**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: José Maria Gómez

Rio de Janeiro
Outubro de 2010



Taiguara Libano Soares e Souza

**CONSTITUIÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA
E ESTADO DE EXCEÇÃO PERMANENTE:
A Biopolítica dos Autos de Resistência**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. José Maria Gómez

Orientador
Departamento de Direito - PUC-Rio

Prof. Francisco de Guimaraens

Departamento de Direito – PUC-Rio

Profª Drª Vera Malaguti Batista

Departamento de Direito - UERJ

Profª. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2010

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Taiguara Libano Soares e Souza

Graduou-se em Direito pela UFF (Universidade Federal Fluminense) em 2008. Integrou o Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio. Participou de diversos congressos e seminários de Direito e áreas afins. É professor de Direito Penal da IBMEC-RJ, professor convidado do DEPEN-MJ e Diretor do Instituto de Defensores de Direito Humanos.

Ficha Catalográfica

SOUZA, Taiguara Libano Soares.

Constituição, Segurança Pública e Estado de exceção Permanente: A Biopolítica dos Autos de Resistência / Taiguara Libano Soares e Souza; Orientador: José Maria Gómez – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2010.

222 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas.

1. Direito – teses. 2. Constituição. 3. Segurança pública. 4. Estado de exceção. 5. Violência policial. 6. Autos de resistência. 7. Biopolítica. 8. *Homo sacer*. I. Gómez, José M. (José Maria). II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Dedico esta dissertação aos milhões e milhões de vítimas do genocídio brasileiro iniciado na colonização e continuado pela política de segurança contemporânea. Oprimidos, invisíveis, sem rosto, sem voz, mas que resistem e insistem em escrever a história dos vencidos.

Agradecimentos

Todo "chegar até aqui" é um junção de fatores que, como um rio que corre jamais se repete. Uma conspiração boa, que deve ser louvada em profunda humildade e gratidão.

Primeiramente a Deus, em todas as suas formas, por ter me proporcionado tão bons encontros ao longo desta breve caminhada e por demonstrar a cada momento, mesmo diante de tantas mazelas, a afirmação do amor e da vida.

Aos meus pais, pelo amor incondicional, por ensinar a arte de perseguir os sonhos, por tudo que sou.

Aos meus irmãos e irmã pela experiência do conviver igualitário, pela comunhão e pela fraternidade.

A minha namorada Gabi, pela exaustiva revisão deste texto e por aceitar o fardo de ser minha companheira no amor e na luta. Sem você não seria possível. Te amo baby!

A todos os meus familiares por todos os momentos maravilhosos que proporcionaram e proporcionam em minha vida. Agradeço em especial ao Vô Mucio, Vovó Zezé, Vó Yeda, Vó Deya, Tias Jô e Débora e Carlos Eugênio, pela influência decisiva em minha formação afetiva e intelectual.

A tod@s que me ensinaram e compartilharam as lições espirituais que guardei, fazendo-me despertar para a humanidade e a divindade em cada ser.

Aos companheir@s do movimento estudantil no CAEV, no DCE-UFF, na CORED e na FENED por manter viva a chama do socialismo com liberdade.

Aos eternos companheiros Thiago Melo, Flávio Sueth, Carlos Eduardo, Alexandre Franco, Flávio Serafini, Carlos Lucio, Vinicius Almeida, Vinicius Codeço e Gustavo Dantas. Camaradas na luta por uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

Aos queridos amigos Roberta Pedrinha e Jadir Brito, pelos inúmeros conselhos e lições a este neófito da academia.

A tod@s companheir@s que se irmanaram na Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, em 2007. Coragem e luta admiráveis!

Aos companheiros e companheiras do Instituto de Defensores de Direitos Humanos, por acreditar nesta pequena semente em defesa da dignidade humana e da vida em sua plenitude.

Aos estimados amigos João e Ednéia Tancredo, por tudo que vivemos juntos. Vocês foram imprescindíveis.

A Marcelo Freixo, Cecília Coimbra, João Luiz Pinaud, Miguel Baldez, Vera Malaguti, Nilo Batista, MC Leonardo, Adriana Facina, Marildo Menegat e Fernanda Vieira. Exemplos de homens e mulheres que iluminam os tortuosos caminhos dos tempos de barbárie em que vivemos.

A Ignacio Cano, Renata Lira, Izabel Mansur, Tomas Ramos, Sérgio Verani e Orlando Zaccone, pelas fundamentais colaborações diretas e indiretas com este trabalho.

Às queridas Patrícia, Márcia Jacintho, Márcia Honorato, Marilene, Deyse, Indaiá, Luciene e Tereza, mães e familiares de vítimas da violência que transformam seu luto em luta.

Ao meu querido orientador e mestre, José Maria Gómez, pelas pacientes lições a este indisciplinado, e por fortalecer minhas convicções libertárias.

Ao Departamento de Direito e ao Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio, pela seriedade e excelência do ensino e por cultivar o espírito público, mesmo em uma instituição privada. Agradeço ainda especialmente aos funcionários Anderson e Carmem, por todo carinho, paciência e atenção.

Ao CNPq, pelo suporte imprescindível à elaboração desta pesquisa.

Aos professores do mestrado na PUC-Rio, Adriano Pilatti, João Ricardo Dornelles, Bethânia Assy, Adrian Sgarbi, Chico Guimarães, José Ribas Vieira, Márcia Nina, Gisele Citadino e Carlos Plastino, pelo inestimável amadurecimento teórico que me ofertaram e por aliar criticidade e excelência em sua prática docente.

Aos companheir@s de turma no mestrado, Adriana, Alexandre, Marina, Nina, Carol, Érico, Julia, Joanna, Gustavo, Natasha e Janaina, e ainda aos companheiros de outras turmas Alexandre Mendes, Enzo Bello e Rafael Vieira, pela amizade e por compartilhar ricos momentos de reflexão e amadurecimento.

A todos os moradores e moradoras de favelas e comunidades de periferia, alvos da violência do estado de exceção permanente, que nos ensinam com sua resistência e luta por um projeto societário no qual caibam os sonhos de tod@s.

Resumo

Souza, Taiguara Libano Soares e Souza; Gómez, José Maria. **Constituição, Segurança Pública e Estado de exceção Permanente: A Biopolítica dos Autos de Resistência.** Rio de Janeiro, 2010. 222p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho pretende analisar o tema da segurança pública e suas tensões com os direitos fundamentais, expressas de modo emblemático na utilização generalizada dos autos de resistência pelas forças policiais no Rio de Janeiro. Como chave interpretativa, faremos uso da categoria Estado de exceção permanente para pontuar o exercício do poder soberano sobre a vida, que se percebe no desregrado uso da força letal por agentes policiais. Desta forma, será delineada uma genealogia do Estado de exceção presente nas estratégias repressivas de controle social no Brasil na vigência dos diversos textos constitucionais pátrios, desde o colonialismo, passando pelo Império, República Velha, Era Vargas, ditadura militar até chegar ao contexto inaugurado pela Constituição Federal de 1988. Neste âmbito, será abordada a segurança pública na perspectiva da constituição formal, pontuando os debates presentes na Assembléia Constituinte de 1987, e a previsão constitucional da temática da segurança. Ademais, será estudada a perspectiva da constituição material, analisando a experiência concreta das políticas de segurança pública implementadas pelos governos estaduais do Rio de Janeiro desde a reabertura democrática, o padrão “lei e ordem” dominante e a reflexão sobre a pertinência de categorias agambenianas como campo, biopolítica e *homo sacer*. Por fim, será abordado o auto de resistência enquanto dispositivo biopolítico a autorizar a matabilidade de certas categorias sociais, em pleno regime democrático.

Palavras-chave

Constituição; segurança pública; Estado de exceção; violência policial; autos de resistência; biopolítica; *homo sacer*

Abstract

Souza, Taiguara Libano Soares e Souza; Gómez, José Maria(advisor). **Constitution, Public Security and State of Exception: The Biopolitics of the "Autos de Resistência"**. Rio de Janeiro, 2010. 222p. MSc. Dissertation – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research intends to analyze the public security's theme and his tensions with human rights, expressed by the general utilization of the "autos de resistência" by the Rio de Janeiro's polices. We will use the permanent state of exception category as a key to study the sovereign's power over the bare lives, which is perceived in the illegal use of lethal force by the police. So we intend to show the state of exception genealogy's in the violent strategies of social control in Brazil along the constitutions, since the colonialism, by the empire, the República Velha, the Era Vargas, the military dictatorship, until the context reached by 1988's Federal Constitution. Thus, will be analyzed the formal constitution perspective of public security, observing the discussion in the Constituent Assembly of 1987, and the constitutional reception of the public security theme. Moreover, will be studied the material constitution perspective, analyzing concrete experiences of security's public policy at the Rio de Janeiro's state governments since the reopening of democracy, observing the law and order model and the utilization of Agamben's categories as camp, biopolitics and homo sacer. Finally, we will approach the "auto de resistência" as a biopolitical dispositive that authorizes deaths in certain social categories, even in the democracy.

Keywords

Constitution; public security; state of exception; police violence; "autos de resistência"; biopolitics; *homo sacer*

Sumário

1. Introdução	15
2. Soberania e Estado de exceção na Formação do Estado Brasileiro	25
2.1. Prelúdio: sobre o Conceito de Estado de exceção	25
2.1.1. A Soberania e a Formação do Estado Moderno	25
2.1.2. Soberania, Estado de exceção e Decisionismo: A Filosofia Política de Schmitt	28
2.1.3. O Alerta de Agamben: O Estado de exceção como Paradigma de Governo	32
2.1.4. A Contribuição de Walter Benjamin para pensar o Excepcionalismo a partir da Periferia	38
2.2. Colonialismo, Controle Social e Exceção	46
2.3. O Estado de exceção do Império à República	55
2.3.1. O Liberalismo fora do lugar – a exceção na Constituição de 1824	56
2.3.2. Biopolítica e Formação da Instituição Policial	59
2.3.3. A República Que Não Foi - a Constituição de 1891	64
2.4. A Era Vargas	68
2.5. Rupturas e Permanências da Ditadura Militar	73
3. Políticas de Segurança, Constituição e Estado de Exceção	83
3.1. A Segurança Pública na Constituição Formal	83
3.1.1. A Carta de 1988 e a Frustração Constitucional	83
3.1.2. Os Militares e a Constituinte	87

3.1.3. Segurança Pública à luz da Constituição Federal de 1988	91
3.1.3.1. Segurança e Ordem Pública	93
3.1.3.2. Segurança Pública, Poder de Polícia e Serviço Público	95
3.1.3.3. Segurança Pública e Participação Popular: a inovação do artigo 144 da Constituição Federal de 1988	97
3.1.3.4. Competência Federativa e Classificação das Polícias	99
3.1.3.4.1. Polícias Estaduais	100
3.1.3.4.2. Polícias Federais	101
3.1.3.5. A Participação das Forças Armadas na Segurança Pública	102
3.1.3.6. Guardas Municipais	105
3.1.3.7. Controle Judicial de Políticas Públicas de Segurança	105
3.2. A Segurança Pública na Constituição Material	107
3.2.1. Constituição Formal x Constituição Material	107
3.2.2. A Exceção Global: o novo <i>Nomos</i> da Terra	110
3.2.3. A Exceção na Periferia do Capitalismo: a Ascensão do Estado Penal	113
3.2.4. Políticas de “Lei e Ordem” x Direitos Humanos	119
3.2.5. Políticas de Segurança e Direitos Humanos no Rio de Janeiro	123
3.2.6. Uma Guerra Particular	134
3.2.7. O Estado de exceção Permanente como Paradigma de Governo na Segurança Pública	137
3.2.7.1. O <i>Homo Sacer</i> e a Favela	142
3.2.7.2. A Favela e o Campo	148
3.2.7.3. Dispositivos Biopolíticos e Direitos Humanos violados	153
4. A Biopolítica dos Autos de Resistência	156
4.1. Auto de Resistência: a Exceção que virou Regra	156
4.2. O Auto de Resistência como Dispositivo Biopolítico	162

4.3. Legitimidade e Legalidade do Uso da Força	165
4.4. Parâmetros Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos	167
4.5. Letalidade da Ação Policial e Execuções Sumárias	171
4.6. Das Provas, Da Investigação e Da Responsabilização dos Agentes	184
4.7. Juízo Acerca da Constitucionalidade do Auto de Resistência	195
4.8. A Ética da Resistência: Justiça, Memória e Verdade	201
5. Conclusão	205
6. Referências Bibliográficas	209

Lista de figuras

Figura 1 - Mortes cometidas por policiais por 100.000 habitantes (2008).	173
Figura 2 - proporção de prisões efetuadas em relação ao número de mortes cometidas por policiais (2008).	175
Figura 3 - proporção de óbitos policiais em relação ao número de mortes cometidas por policiais (2008).	176
Figura 4 - Mapa das Áreas Integradas de Segurança Pública do Rio de Janeiro.	178
Figura 5 - Modelo de uso da força policial – Universidade de Illionais (EUA).	182

Lista de tabelas

Tabela 1: Proposição de quadro cronológico do Estado de exceção na história brasileira.	119
Tabela 2: Índices de homicídios cometidos por policiais no Rio de Janeiro.	174
Tabela 3: Índices de óbitos de policiais no Rio de Janeiro.	176

(...) O Estado, constitucional ou autoritário, qualquer que seja a forma de governo, segrega permanentemente um regime de exceção. O mais democrático dos Estados é sempre um regime de exceção para enormes contingentes. Loucos, prostitutas, prisioneiros, negros, hispânicos, árabes, curdos, judeus, ianomâmis, aidéticos, homossexuais, travestis, crianças, deficientes, operários irão nascer e morrer sem terem conhecido o comedimento do Leviatã. As graves violações de direitos humanos pelo Estado revelam a rotina do Terror no cotidiano das populações.

Paulo Sérgio Pinheiro¹

¹PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estado e Terror*. In: Adauto Novaes (Org.), 1992, p. 191-204.